TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 21ª (VIGÉSTIMA PRIMEIRA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

DE 1º DE SETEMBRO DE 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Rodrigo Delmasso a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, V.Exa. que é Líder do Governo, recebi agora um telefonema de um médico amigo meu – Deputado Julio Cesar. Ele trabalha, Deputada Celina Leão, há 30 anos no Hospital da Ceilândia e ele me transmite, aqui, agora, que o Governo do Distrito Federal está ameaçando fechar a UPA da Ceilândia agora em setembro.

Eu acho que ele está ficando doido, o governo está ficando doido. Porque todos nós sabemos a situação caótica da saúde. Todos sabemos que a UPA da Ceilândia, Deputada Luzia de Paula, hoje desafoga o atendimento do hospital, que está um caos. A UPA da Ceilândia tem um atendimento decente para aquela população. O Governador gravou lá durante a campanha, dizendo que iria melhorar ainda mais o atendimento, e agora vem com essa história de fechar a UPA da Ceilândia.

Portanto, quero deixar aqui, de público: se o Governador Rollemberg quer comprar uma briga, e uma grande briga, que mexa com o atendimento à saúde da população da Ceilândia, principalmente da nossa UPA. Isso é gravíssimo, essa

história de que vai fechar a UPA da nossa querida cidade de Ceilândia. Não tem que fechar nenhuma, muito menos a da Ceilândia.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, quero me somar aqui ao Deputado Chico Vigilante, pois nós precisamos tanto daquela UPA aberta, assim como aquela população precisa do seu alimento de cada dia.

Então, eu me somo ao Deputado nessa luta. E faço um apelo ao Governador Rodrigo Rollemberg para que não nos deixe com esse sentimento, porque Ceilândia é a maior cidade do Distrito Federal e ela está muito atenta. Ela tem pela UPA um grande apreço. Aquele atendimento é muito importante para a população daquela cidade.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu achava que era só a UPA de Sobradinho. Hoje, eu estive lá em Sobradinho e os servidores, inclusive, Deputado Chico Vigilante, os efetivos, já estão sendo convidados a comparecer amanhã no Hospital de Sobradinho, a saírem da UPA e irem para o Hospital de Sobradinho. Vários médicos inclusive já não foram trabalhar porque o contrato se encerrou.

E o que os servidores falam lá, fruto, inclusive, de uma conversa com a diretora da regional de ensino, é que vai fechar, sim. O governo vai fechar!

Então, parece-me que é uma política fecharem as UPAs e jogar toda a população de volta para os hospitais.

Eu também não estou entendendo nada. Eu achei que... O negócio é mais grave do que eu pensava. Pensei que era só em Sobradinho, mas, pelo visto, é uma política de acabar com as UPAs e voltar ao sufoco que a população já passa nos hospitais. É lamentável. Eu espero que o Governador Rodrigo Rollemberg não faça isso.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, associo-me aqui aos colegas Deputados diante dessa indignação. A população de Ceilândia se sente órfã em função de ter um governo que, insensível a sua demanda e a sua vulnerabilidade de saúde, se propõe a fechar – se é que é verdade. O Deputado Chico Vigilante é um Deputado muito bem informado e tem

uma rede de pessoas que passam para ele essas informações. Não tenho dúvida da procedência. Porém eu espero, Deputado Chico Vigilante, que o Ministério Público, que é tão atuante nessa questão, possa também – a promotoria de saúde – se dar conta do prejuízo que representa para a população. Não é apenas o papel do Legislativo, mas é também da promotoria da saúde. Creio que é fundamental o posicionamento de uma instituição com o Ministério Público em defesa da população de Sobradinho e de Ceilândia.

Muito obrigado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria responder aos Deputados que, com muita razão, quando veem uma notícia dessas realmente se preocupam, até porque quem vai acabar sofrendo é a população. Mas acabei de ligar para o nosso Secretário de Saúde e quero tranquilizá-los de que a notícia do fechamento em Ceilândia não é verdadeira. Nem a de Sobradinho. Na verdade, são boatos, e a gente sabe como é, a mentira falada diversas vezes se torna uma realidade. Realmente, a gente tem que tomar cuidado com as informações que a gente obtém, e acabei de falar com o Secretário de Saúde, Fábio Gondim, e não há nenhuma determinação do Governo para que feche qualquer tipo de UPA em Brasília.

Era isso, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 589, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza a doação à União do imóvel localizado na Área Especial nº 02, da quadra 12, na Região Administrativa de Sobradinho – RA V".

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 589, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza a doação à União do imóvel localizado na Área Especial nº 02, da quadra 12, na Região Administrativa de Sobradinho – RA V".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero dizer ao Deputado Julio Cesar que quem está mal informado é o Secretário de Saúde. Os contratos das UPAs são temporários, e era para serem feitos novos concursos e não foram. Tendo em vista que o contrato temporário termina agora em setembro, se não contratar imediatamente as pessoas, não há quem opere as UPAs. A realidade é essa. O Secretário é que está desinformado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Falo para o Deputado Julio Cesar que eu estive lá, estive hoje na UPA e conversei com o Secretário, que me falou que há uma possibilidade grande de fechar a UPA de Sobradinho, sim. Então, não é boato, não é fofoca. Eu estive lá e vi.

É preciso que V.Exa. tenha cuidado porque daqui a pouco fecham-se as UPAs e quero ver como você vai ficar aqui. Não é fofoca, não é boato, eu conversei com o Secretário, que me falou que há uma possibilidade muito grande de se fechar a UPA de Sobradinho. A não são ser que ele esteja brincando comigo.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, só para lembrar, concurso foi feito, os profissionais estão aí para serem nomeados, e, no entanto, ainda não foram. Ou seja, basta nomear que resolve o problema.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 588, de 2015, de autoria do Poder executivo, que "altera a Lei nº 4.586, de 13 de junho de 2011, que dispõe sobre o objeto social da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, instituída pela Lei Federal nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, e dá outras providências".

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 588, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.586, de 13 de junho de 2011, que dispõe sobre o objeto social da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, instituída pela Lei Federal nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 3:

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 590, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 250.000,00".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 590, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 250.000,00".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 4:

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.985, de 2014, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "Altera a Lei 2.185, de 30 de dezembro de 1998, que 'dispõe sobre o registro e o funcionamento de academias e de estabelecimentos que atuam na área do ensino e prática de modalidades esportivas no Distrito Federal, e dá outras providências'".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o meu voto, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Desculpa, Deputado.

Retificando o resultado da votação. Registrando:

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Wasny de Roure e 1 abstenção do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.985, de 2014, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "Altera a Lei 2.185, de 30 de dezembro de 1998, que 'dispõe sobre o registro e o funcionamento de academias e de estabelecimentos que atuam na área do ensino e prática de modalidades esportivas no Distrito Federal, e dá outras providências'".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 5:

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.896, de 2014, de autoria do Deputado Chico Leite, que "Acrescenta artigo à Lei nº 4.949, de 2012, que 'estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal para determinar a publicação da justificação dos gabaritos pelas bancas examinadoras'".

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só gostaria de parabenizar o Deputado Chico Leite, que já trabalhou muito na área de concurso como eu, pela importância do projeto de lei apresentado. Muitas vezes as bancas apresentam um gabarito que nós professores questionamos. Apresentamos uma justificativa de revisão de gabarito e eles respondem a mesma coisa que já está na questão. Concurso público no Brasil está acima do Supremo Tribunal Federal, porque não há capacidade de recorrer a órgãos judiciais.

Então, a medida do Deputado Chico Leite é extremamente importante para garantir o direito do concursando a ter plena transparência no processo de seleção para ingressar no serviço público. Então, ratifico, parabéns ao Deputado Chico Leite.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.896, de 2014, de autoria do Deputado Chico Leite, que "Acrescenta artigo à Lei nº 4.949, de 2012, que 'estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal para determinar a publicação da justificação dos gabaritos pelas bancas examinadoras'".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro parabenizo pela aprovação do projeto de lei. Mas informo que, infelizmente, recebemos aqui, neste momento, uma carta do Conselho Regional de Educação Física, que se manifestou contrário, só para informe, a este projeto de lei que nós aprovamos. Mas, ouvindo a sensibilidade de vocês, a Câmara Legislativa com certeza aprovou este projeto.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só queria ressaltar que juntamente com esse projeto que a senhora deu entrada com o Deputado Wellington Luiz, a gente também aprovou uma emenda que vai se estender também aos centros olímpicos. Porque hoje os centros olímpicos precisam do atestado médico e muitas das vezes a gente não consegue ter um número suficiente de alunos por conta do atestado médico, o que agora foi solucionado graças a esse projeto de lei aprovado do Deputado Wellington Luiz e da Deputada Celina Leão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu só queria fazer um pronunciamento, eu nem falei durante a votação para agilizarmos e não perdermos o *quorum*. Mas, até sobre a fala do Deputado Prof. Reginaldo Veras: este projeto está aqui na Casa desde 2014. E aí, há sim, porque as comissões precisam de... Regimentalmente esse projeto já teria que ter sido votado, porque as comissões têm o prazo de um mês para dar o parecer.

No dia em que nós atendemos os donos de academia, havia dois problemas gravíssimos que aconteciam, Deputado Wasny de Roure. Muitos deles inclusive fechando as academias e botando os profissionais de educação física na rua por conta das multas. Por cada aluno, inclusive os que já estavam matriculados nas academias, que não fornecesse atestado médico, eles pagariam por aluno R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Imaginem o *recall* disso, para conseguir fazer com que todos os alunos já matriculados enviassem um atestado médico, buscassem um profissional para realmente entregar esse atestado médico.

Temos as fábricas de venda de atestado médico, que acontece, é recorrente no Distrito Federal. Esta Casa tem que ter a sensibilidade de não colocar mais pessoas desempregadas na rua. Ninguém aguenta mais, o desemprego tem assolado o Distrito Federal. As pessoas têm batido nas portas dos gabinetes. É um projeto sensível. É, sim.

Eu vou dar um exemplo para vocês. O meu pai, Deputado Wasny de Roure, fez um *checkup* para fazer um implante e não constatou absolutamente nada. No Dia dos Pais ele infartou, logo após fazer um *checkup.* O atestado médico não isenta aquele paciente de ter um infarto, de ter um AVC. Muitas vezes esse exame é superficial. Mas cabe, sim, a cada um que tem um problema cardíaco, um problema de diabetes, fazer um exame mais detalhado, porque um atestado médico não significa um exame detalhado. O atestado médico pode ser até um atestado visual.

Eu acho que é uma lei importante, mas esse debate não termina hoje. Nós votamos com essa rapidez porque não queremos que as academias fechem no Distrito Federal. Nós temos que debater isso porque o atestado médico não pode ser simplesmente o médico olhar e dar o atestado médico. Tem que ser algo com mais profundidade, para alguns clientes que têm problemas cardíacos. Vocês imaginam: o meu pai, se tivesse feito a cirurgia, teria morrido na sala de cirurgia. E ele tinha acabado de fazer *checkup.*

Eu quero agradecer aos Parlamentares que votaram, que tiveram a sensibilidade de votar o projeto de lei para que vocês possam trabalhar com tranquilidade, continuando a empregar os profissionais de educação física.

Fomos surpreendidos com um parecer do CREF – Conselho Regional de Educação Física – contrário aos próprios profissionais. Eu acho que vocês deveriam procurar o conselho e discutir isso com eles.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – São eles que recebem a multa? Então, está explicado.

Eu quero agradecer a presença de todos os Deputados aqui.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputado Julio Cesar, não adianta o secretário ter dito a V.Exa. que não vai fechar, porque o contrato temporário de funcionamento da UPA de Sobradinho vence nesta semana. O contrato de Ceilândia vence dia 24. Ou renovam esse contrato, ou contratam os concursados. Se não contratarem os concursados, nem renovarem o contrato, a UPA vai fechar. Ela pode até ficar aberta com os vigilantes. Os vigilantes, que são da minha categoria e da mais alta importância, não são médicos.

Portanto, ou renovam o contrato, ou vai fechar. E não adianta o secretário dizer que não sabe, porque ele vai fechar mesmo. Não terá quem vai atender. Vai sobrecarregar todos os hospitais.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante, nós vamos fazer um ato amanhã em Sobradinho, às 9h – quero convidar os Parlamentares –, contra essa possibilidade de fechamento da UPA de Sobradinho. Eu acho que, talvez, até tenhamos que convocar o secretário aqui na Câmara Legislativa e ver o que podemos fazer. Não podemos realmente aceitar o fechamento das UPAs.

Aqui é legítimo cada Parlamentar de uma cidade estar preocupado. Nós vamos participar amanhã de um ato em Sobradinho, acredito que o Deputado Ricardo Vale deva ir, às 9h. A situação é gravíssima, porque os contratos temporários já acabaram. Acho que nós temos, inclusive, de buscar uma comissão e ir ao Ministério Público com o Dr. Bisol.

Eu me comprometo a fazer isso – esta Casa, eu, o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Ricardo Vale –, para que o governo renove o convênio, ou alguma coisa aconteça. O que não podemos permitir é a interrupção dos serviços prestados.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o *DFTV* acabou de anunciar que realmente o governo tem a intenção de fechar as UPAs. Então, o governo, para a Globo fala uma coisa, e para o Líder do Governo aqui na Casa, o Deputado Julio Cesar, ele fala outra. A gente precisa ficar atento mesmo. Estarei amanhã em Sobradinho.

Infelizmente, esses contratos já deveriam estar sendo revistos. O de Sobradinho acaba esta semana; o de Ceilândia, se não me engano, no dia 20. Se há intenção do governo de fechar as UPAs, a gente precisa agir, e agir rápido.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu já estou preparando um requerimento. Não vamos fazer convite, vamos convocar, porque convocado, ele vai ser obrigado a dizer a verdade. Eu quero pedir a assinatura de V.Exa. Nós vamos convocar o Secretário de Saúde para vir aqui e dizer como será o funcionamento das UPAs. V.Exa. sabe que nos bastidores eles já disseram que vão consertar todos os hospitais, tirando as UPAs. Todo mundo está sabendo disso.

Portanto, não adianta dizer para o Deputado Julio Cesar que não vai fechar, porque vai fechar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É preciso ser transparente com a sociedade. A sociedade tem que saber a verdade do que está acontecendo. Nós

vamos discutir isso aqui, sim. Inclusive, eu já tinha pedido uma audiência com o Dr. Bisol, ele deve nos dar uma resposta sobre isso. Eu convido todos os Parlamentares para irmos juntos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão extraordinária.

(Levanta-se a sessão às 20h16min.)